

## CORREIO POLÍTICO

Divulgação



"Dark Horse" recolocou corrupção no centro do debate

## Master recolocou corrupção no centro do debate

De acordo com o diretor do Paraná Pesquisas, Murilo Hidalgo, o caso Master recolocou a corrupção no centro do debate eleitoral. Antes, esse não aparecia como um tema forte no conjunto da preocupação dos eleitores. Agora, segundo as suas pesquisas, a corrupção é um dos três temas maiores de preocupação dos pesquisados, junto com segurança pública e inflação. Ainda que o diretor da Quaest, Felipe Nunes, aponte também para algum efeito de programas do governo, como o aumento da isenção do Imposto de Renda e o Desenrola 2, para Murilo é a questão da corrupção que agora desgasta o candidato do PL à Presidência, Flávio Bolsonaro (RJ), na corrida contra Luiz Inácio Lula da Silva pela Presidência.

### Flávio à mercê de novas denúncias

Hidalgo observa que Lula vem obtendo melhoras aos pouquinhos. Ou seja, desde que estourou a história do dinheiro pedido por Flávio Bolsonaro ao dono do Master, Daniel Vorcaro, o presidente foi experimentando pequenas melhoras, e Flávio pequenas quedas. O desempenho, porém, ainda leva a eleição para um segundo turno. Se esse processo estanca ou avança mais no futuro, dependerá de novas denúncias com relação ao caso Master.

Valter Campanato/Agência Brasil



Marinho afirma que será feita prestação de contas

### Delação parada gera alívio

Nesse sentido, gera certo alívio ao entorno de Flávio Bolsonaro o fato de Vorcaro não ter conseguido homologar sua delação premiada. Pode ser um prenúncio de que não surjam novas novidades. Se for assim, o comando da campanha de Flávio considera que a crise pode ser estancada, com um bom tempo de estrada até a eleição de outubro. O caso poderia, assim, acabar diluído no meio de outras questões em debate. O problema é que não há nenhuma garantia de que outras denúncias não apareçam.

### Para PF, há muita informação

Como disse há algum tempo aqui no Correio Político o diretor de Estratégia da Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapf), Flávio Werneck, o volume de informações apurado faz o caso depender de eventuais delações. E nem tudo o que se obteve já foi analisado. Novas fases da Operação Compliance Zero deverão ainda acontecer.

POR  
RUDOLFO LAGO

### Aprovação

Um dado que Murilo Hidalgo observava era que, apesar do avanço, Lula ainda tinha um índice de reprovação maior que o de aprovação. Algo que poderia levar a uma reversão negativa para ele no segundo turno. Mas a pesquisa BTG/Nexus divulgada na segunda mostra aprovação de Lula maior que a aprovação.

### Margem de erro

Trata-se ainda de algo dentro da margem de erro da pesquisa. Mas a aprovação de Lula ficou em 48% contra uma desaprovação de 47%. É a primeira vez em 2026 que isso acontece nos levantamentos BTG/Nexus. Somente outras pesquisas determinarão se é um soluço momentâneo ou uma nova tendência.

### Contas

O comando da campanha de Flávio Bolsonaro tem dito que será apresentada uma prestação de contas do filme "Dark Horse" e que ela será capaz de desinflar todo o desgaste que a história do dinheiro pedido a Daniel Vorcaro provocou. O problema é que, até agora, há muito mais dúvidas do que respostas.

### Quanto foi?

Segundo a produtora do filme, "Dark Horse" teria custado R\$ 75 milhões. E esse é já o primeiro detalhe a partir do qual a conta não fecha. Flávio pediu a Vorcaro R\$ 134 milhões. Teria recebido R\$ 60 milhões. Ou seja, o dinheiro que recebeu do Master já praticamente paga todo o custo do filme. Mas não houve outros investidores?

### Fundo

Os recursos do filme, segundo as explicações, foram geridos por um fundo submetido à legislação dos Estados Unidos. E os dados não teriam sido divulgados até agora para preservar a confidencialidade de outros investidores. Mas se Vorcaro tivesse pago os R\$ 134 milhões teria financiado o filme integralmente.

### 80 por cento

Se efetivamente repassou R\$ 60 milhões para o filme, Vorcaro, sozinho, financiou 80% da produção de "Dark Horse". Curiosamente, logo que o caso estourou, a produtora GoUp divulgou uma nota afirmando que "não consta um único centavo" proveniente de Vorcaro ou de suas empresas no filme.



Mesmo com sessões virtuais, Motta fará votações

# Câmara deve votar 6X1 e Misoginia esta semana

## PL da redução da jornada de trabalho visa destravar pauta

Por Gabriela Gallo

Apesar da semana com sessões virtuais na Câmara dos Deputados, nesta terça-feira (16) está agendada para 14 horas a reunião de líderes que discutirá o projeto de lei apresentado pelo governo que determina a redução da jornada de trabalho e determina o fim da escala 6X1 (em que o empregado descansa somente um dia da semana).

Os parlamentares também debaterão o chamado PL da Misoginia, projeto de lei que equipara a misoginia ao crime de racismo (que é inafiançável). E, segundo o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), a previsão é que ambos os temas sigam para votação no plenário da Casa ainda nesta semana.

Apesar de ser o mesmo tema da Proposta de Emenda à Constituição aprovada com ampla maioria no plenário da Câmara (PEC 221/2019), que atualmente está pendente no Senado Federal, o Projeto de Lei nº 1.838/2026, encaminhada pelo Poder Executivo, está travando a pauta na Câmara. Isso porque, quando o governo federal encaminhou a medida, o projeto chegou com regime de urgência constitucional, ou seja, tinha o prazo de 45 dias para ser analisado na Câmara. Como o texto foi entregue em 14 de abril, o prazo de discussão e votação do projeto expirou, o que travou a pauta.

Diante disso, Motta definiu na última semana o deputado federal Leo Prates (Republicanos-BA), mesmo relator da PEC 221/2019, como relator do PL do governo estrategicamente para acelerar a votação da medida e destrancar a pauta para outros temas que os parlamentares consideram prioritários.

Ambos os projetos determinam a redução da jornada de trabalho de trabalhadores com carteira assinada de 44 horas semanais para 40 horas semanais, além de determinar o fim da escala 6X1 para, no mínimo, uma escala 5X2, sem redução salarial. A questão é que, enquanto a Proposta de Emenda à Constituição altera a Legislação brasileira, o projeto de lei do governo altera a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e outras normas trabalhistas.

O Projeto de Lei (PL) nº 896/2023, batizado de PL da Misoginia, criminaliza a misoginia (que é o ódio, desprezo ou aversão extrema à mulheres exclusivamente por questões de gênero) e a equipara ao crime de racismo, que é previsto na Constituição brasileira como inafiançável. A relatora da proposta, deputada federal Tabata Amaral (PSB-SP), apresentará aos líderes o texto final definido no Grupo de Trabalho (GT) da Casa para debater o tema, também coordenado por Tabata. O GT votará o parecer também nesta terça-feira.